

A EDUCAÇÃO NO MST E SUA RELAÇÃO COM A PERSPECTIVA FREIREANA

GONSAGA, Eliana Aparecida – UFF – liligonsaga@yahoo.com.br

Resumo

Propomos-nos neste artigo fazer um breve histórico da trajetória da educação no MST e sua relação com o pensamento de Paulo Freire, no que tange à construção de uma alternativa de educação voltada para os interesses da classe trabalhadora e que, de fato, considere o educando como sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem. O artigo em questão integra a pesquisa de mestrado “O projeto de formação dos educadores do MST em Minas Gerais-desafios e perspectivas”, cujo objetivo geral é analisar os princípios político-pedagógicos do projeto de formação destes educadores, bem como o processo de implantação do curso Pedagogia da Terra pelo MST em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A busca por uma educação escolar diferenciada é uma luta histórica do MST, iniciada em seus primeiros acampamentos na década de 1980. Atualmente o Movimento já possui, em parceria com Universidades públicas, o curso Pedagogia da Terra com o objetivo de formar seus próprios educadores.

Palavras-chave: Educação do Campo - Movimentos Sociais - Formação Docente

Abstract

We propose in this article make us a brief history of the trajectory of education in the MST and its relationship with the thought of Paulo Freire, with regard to the construction of an alternative form of education geared to the interests of the working class and, in fact, consider the educating subject as active in the teaching-aprendizagem. The article in question encompasses the search of Masters "The project of training of educators of the MST in Minas Gerais-challenges and prospects", whose goal is to examine the general principles of political-educational project for training of educators, and the process of deployment Course Pedagogy of the Earth by the MST in partnership with the Federal University of Minas Gerais (UFMG). The search for a different school education is a historical struggle of the MST, launched in camps in its first decade of 1980. Currently the Movement already has, in partnership with public universities, teaching a course on Earth with the aim of forming their own educators.

Keywords: Field of Education - Social Movements - Teacher Training

Introdução

Este trabalho integra o estudo, ainda em andamento, “O projeto de formação dos educadores do MST em Minas Gerais - desafios e perspectivas”, cujo objetivo geral é analisar os princípios político-pedagógicos do projeto de formação destes educadores, bem como o processo de implantação do curso Pedagogia da Terra pelo MST em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Propomos-nos neste artigo fazer um breve histórico da educação no MST e sua relação com o pensamento de Paulo Freire, no que se refere à construção de uma alternativa de educação voltada para os interesses da classe trabalhadora e que, de fato,

considere o educando como sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem. Uma educação que seja também contra hegemônica pautada no compromisso político, a partir da ação e reflexão coletiva dos sujeitos engajados e inseridos no contexto de luta social pela transformação consciente de sua realidade. Situaresmos também o curso Pedagogia da Terra, dando maior ênfase aos caminhos percorridos para a implantação do referido curso em Minas Gerais.

A educação no MST – trajetórias e lutas

A discussão sobre a questão da educação no MST, que está imerso nessa luta desde a década de 80, surgiu a partir da necessidade de se repensar a condição estrutural do Movimento enquanto uma organização social que, além de atuar na luta pela efetivação da Reforma Agrária, reivindica também condições plenas de se manter na terra conquistada, luta pelos direitos que devem ser garantidos a todos os trabalhadores.

É nesse sentido que a educação aparece no MST como uma porta de entrada ao acesso ao conhecimento teoricamente elaborado, mas um conhecimento que contribua para a formação e transformação do homem enquanto ser social, enquanto membro de uma coletividade e que também produz conhecimento através de suas vivências nesse coletivo. Como lembra Caldart (2004), o ato de ocupar a escola representa, para além de ter acesso à mesma, um ato de reivindicar uma educação que dê conta de atender a realidade das crianças vinculadas ao Movimento e, ainda,

“Ocupar a escola quer dizer, em primeiro e básico sentido, produzir a consciência da necessidade de aprender ou de saber mais do que já se sabe. De modo geral, quando os sem-terra falam da importância do estudo, podem até estar se referindo à escola, mas não no sentido restrito de escolaridade, que remete ao significado historicamente construído de escola como um lugar onde se deve ir para conseguir um diploma, para então conseguir um emprego melhor, e de onde se é excluído quando a cabeça não dá prá isso...” (Caldart, 2004, p. 215).

Caldart (2004) atribui a esse período de nascimento da educação no MST três significados. O primeiro seria a mobilização das famílias sem-terra pelo direito à escola por uma escola diferente e significativa para os educandos. Essa mobilização começou com as mães e professoras, com a conseqüente participação dos pais e lideranças do Movimento, seguidos dos próprios educandos. Nesse momento nasce o “trabalho com educação escolar no MST”. Surge, também, nesse momento a primeira escola do MST

no assentamento de Nova Ronda Alta, no Rio Grande do Sul em 1983, para atender educandos de primeira a quarta séries.

O segundo significado é caracterizado pela decisão do MST de

“(...) assumir a tarefa de organizar e articular dentro de sua organicidade essa mobilização pela educação, produzir uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas e formar educadores capazes de trabalhar nessa perspectiva” (Caldart, 2004, p. 225).

Criaram-se, então, os coletivos de educação, com a função de conduzir o trabalho acerca da mobilização e reflexão sobre a escola no âmbito dos assentamentos e acampamentos. Esses coletivos formavam as equipes de educação, compostas por educadores do Movimento e outras pessoas dos acampamentos e assentamentos com afinidade ou sensibilidade para com a questão da educação. Caldart (2004) ressalta que a importância de tais coletivos está no fato de os mesmos possibilitarem uma ligação mais efetiva e sólida entre as bases e o coletivo, tanto a nível estadual quanto nacional.

A partir dessas discussões e organização dos coletivos, bem como da pressão da base social do Movimento, nasce o Setor de Educação do MST, fato este que ocorreu em julho de 1987, com o acontecimento do Primeiro Encontro Nacional de Professores de Assentamento, ocorrido no Espírito Santo, com a participação de representantes do Movimento dos estados onde o trabalho com educação já começava a se organizar. Segundo Caldart (2004), o Setor de Educação tem como função

“(...) articular e potencializar as lutas e as experiências educacionais já existentes, ao mesmo tempo que desencadear a organização do trabalho onde ele não havia surgido de forma espontânea, ou nos assentamentos e acampamentos que fossem iniciados a partir daquele momento. Os encontros nacionais de professores logo se transformariam nas reuniões ordinárias do Coletivo Nacional de Educação do MST, instância máxima de decisão do Setor de Educação até hoje” (Caldart, 2004, p. 250)

Nesse sentido, o Setor de Educação, para dar conta do cumprimento dessas tarefas, deu início a um de seus objetivos principais: a formação de educadoras e educadores para atuar nas escolas de primeira a quarta séries. Estes deveriam ser preparados pelo próprio Movimento para que suas escolas tivessem como professores pessoas do próprio assentamento e acampamento. A partir dessa preocupação e discussão, principalmente no Sul do país, foi formada a primeira turma de Magistério do

MST, no município de Braga/Rio Grande do Sul, em 1990, em parceria com a Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero - FUNDEP (Caldart, 2004).

Vale ressaltar, ainda, que foi a partir da articulação do Setor de Educação que surgiram duas questões importantes a serem trabalhadas ao longo do processo de discussão sobre a educação escolar no Movimento: “*o que queremos com as escolas de assentamentos?*” e “*como fazer a escola que queremos?*” O levantamento dessas questões nos remete a pensar que a escola para o MST deveria proporcionar aos educandos mais do que o conhecimento de conteúdos, como lembra a própria Caldart (2004). As próprias reflexões dos coletivos de educação já giravam em torno de que a forma de se trabalhar a educação escolar deveria considerar a experiência de vida das crianças sem-terra, que era diferente em relação à das outras crianças (Caldart, 2004).

Essas questões são norteadoras do terceiro significado acerca do nascimento da educação no MST, que foi o momento em que o Movimento

“(…) incorporou a escola em sua dinâmica, e isso em dois sentidos combinados: a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias sem-terra, com maior ou menor intensidade, com significados diversos dependendo da própria trajetória de cada grupo mas, inegavelmente, já consolidada com sua marca cultural: acampamento e assentamento do sem-terra do MST têm que ter escola e, de preferência, que não seja uma escola qualquer, e a escola passou a ser vista como uma questão também política, quer dizer, como parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária, vinculada às preocupações gerais do Movimento com a formação de seus sujeitos” (Caldart, 2004, p. 225 e 226).

Nessa perspectiva o MST avançou bastante, no que se refere à implantação de escolas, desde a educação infantil ao ensino médio, inclusive com cursos técnicos em cooperativismo e magistério.

É interessante ressaltarmos que essas reflexões apontadas por Caldart (2004) no que se refere ao respeito e valorização da experiência de vida das crianças sem-terra têm estreita relação com o pensamento de Paulo Freire, quando o mesmo enfatiza que o papel dos educadores deve ser o de partir do conhecimento dos educandos, do seu ponto de vista e da sua percepção de mundo, considerando todo o seu saber, para então possibilitar que os mesmos revejam o que já sabem para então conhecê-lo melhor. Partindo daí o educador deverá proporcionar aos educandos conhecer o que ainda não

conhecem, mas de maneira que os mesmos se sintam parte nessa etapa de construção do novo conhecimento.

Além da educação escolar das crianças dos assentamentos e acampamentos, uma outra preocupação do Movimento foi com relação ao grande número de assentados e acampados analfabetos. A partir desse momento surgiu a necessidade de se pensar também na educação escolar dessas pessoas, na medida em que as mesmas tinham limitações até em sua participação nas experiências de cooperação agrícola implementadas pelo MST nos assentamentos. O fato é que na hora das reuniões dos assentados havia sempre o problema de não ter ninguém que pudesse elaborar a ata das mesmas, uma vez que não havia nenhuma pessoa que soubesse ler e escrever. Nessa perspectiva, o Coletivo Nacional de Educação iniciou, em 1989, a primeira discussão acerca da necessidade de se fazer uma intensa campanha pela alfabetização nos assentamentos. A discussão avançou, de fato, a partir 1995, quando o MST articulou um “movimento nacional de educação de jovens e adultos, assumindo-o como uma das tarefas de seu setor de educação” (Caldart, 2004).

Nesse sentido, através de parcerias com Universidades públicas, o MST reivindicou do governo a efetivação de projetos de alfabetização de jovens e adultos. Essa reivindicação, juntamente com outras voltadas para a implementação de políticas públicas voltadas para uma educação do campo, culminou com o acontecimento do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária- I ENERA, em julho de 1997, ocorrido na Universidade de Brasília, com o apoio da mesma e do Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância. E foi a partir do I ENERA e da mobilização do MST em parceria com universidades públicas que foi implantado pelo Incra, em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. O PRONERA consiste na alfabetização de jovens e adultos de assentamentos de Reforma Agrária, além de proporcionar o oferecimento de ensino fundamental na “modalidade supletiva, capacitação pedagógica de monitores e formação de coordenadores locais de processos comunitários” (Fragoso, 2001).

Fragoso (2001) chama atenção para um fato importante acerca da implementação do PRONERA, dizendo que o mesmo

“(…) tem a singularidade de ser um programa do governo federal desde o primeiro momento concebido como uma política pública de educação de jovens e adultos no meio rural, gestado fora do âmbito governamental. Ele é fruto de uma articulação do Conselho de Reitores

das Universidades Brasileiras (CRUB) com o MST” (Fragoso, 2001, p. 08).

Uma outra conquista do MST no que se refere à educação foi a efetivação de cursos superiores contemplando a formação de educadores para atuarem nas séries iniciais do ensino fundamental. O curso, que abordaremos com maior ênfase no item seguinte, foi denominado pelo Movimento de Pedagogia da Terra.

Abordando em seu trabalho o projeto educativo do MST, Menezes Neto(2001) ressalta a relevância da educação para o Movimento analisando a dimensão sociopolítica e pedagógica do mesmo, num contexto em que as políticas direcionadas à educação privilegiam os interesses da burguesia capitalista. Fazendo uma abordagem histórica das organizações sociais e sindicais dos trabalhadores do campo na problemática da educação, Menezes Neto (2001) situa o MST como um movimento que possui um projeto político que vai além da luta pela terra, expandindo-se para diversas áreas, sendo a educação um instrumento de ampliação política de suas lutas.

O autor faz, ainda, uma análise das práticas pedagógicas do Movimento, buscando, em seu projeto político, suas propostas direcionadas à educação e ao trabalho, enfatizando este último como “princípio educativo para o Movimento dos Sem-Terra.”.

Para este fim o MST criou o Setor Nacional de Educação se empenhando na construção de uma proposta pedagógica diferenciada, procurando, inclusive, preparar seus próprios educadores.

Um dos fatores que se constituem em um dos maiores desafios do MST é a implementação de seu projeto educativo de forma que o mesmo seja mantido pelo Estado, mas sem as interferências do mesmo em sua autonomia pedagógica. O MST entende que é dever do poder público assumir os custos da educação que, por sua vez, deve se basear no projeto pedagógico definido de maneira autônoma pela comunidade na qual está inserida (Menezes Neto, 2001).

Conforme Menezes Neto (2001), um outro desafio e preocupação constante do MST é formar educadores capazes de implementar seu modelo pedagógico, sendo o mesmo diferenciado em relação ao modelo educacional tradicional vigente em nossa sociedade. Modelo esse que se pauta em atender ao neoliberalismo, através da implementação de políticas educacionais assentadas numa concepção voltada para as perspectivas do mercado, enfatizando o individualismo, a competição, a privatização, entre outros fatores. No que se refere à formação docente, percebe-se que essas

mudanças no âmbito da educação se configuram no controle das ações do professor, tornando-o um sujeito sem autonomia e passivo, com a atribuição de se adaptar às exigências sociais, dominando apenas conteúdos e métodos que orientam a formação dos alunos de modo a torná-los aptos a atender ao mercado capitalista.

É neste sentido que o MST, partindo do princípio da pedagogia libertadora, vem lutando para implementar uma proposta de educação que vai de encontro ao modelo tradicional proposto, uma educação que atenda às suas reais necessidades, que proporcione aos seus educandos uma formação mais global onde eles aprendam a ler, escrever e analisar a realidade.

Vale lembrar que, para Paulo Freire, a consciência política é condição básica para o educador na pedagogia libertadora, sem a qual se torna difícil para o mesmo se posicionar politicamente frente às desigualdades estruturais da sociedade. É essa tomada de decisão que norteará sua ação (Santos, 2000). Considerando o contexto e realidade dos educadores empenhados nessa luta do MST pela educação, um passo importante já foi dado pelos mesmos, uma vez que já são parte desse Movimento e, portanto, pressupõe-se que já estejam imbuídos de compromisso político e da visão da totalidade da conjuntura social que os levaram a lutar pela construção desse projeto educativo.

A Pedagogia da Terra

O termo Pedagogia da Terra está presente em diversos movimentos que têm em sua pauta de luta questões ambientais, mas ligadas a uma conjuntura que vai além da perspectiva do meio ambiente. Conforme ressaltam Carvalho e Rocha (2006),

“O que unifica os diferentes usos da expressão é o compromisso com a superação de uma visão centrada nas questões ambientais e com a construção de sentidos da terra como habitat humano global, fonte e lugar da vida, terra de todos, terra como um bem comum, como um organismo vivo” (Carvalho e Rocha, 2006, p. 61).

As autoras afirmam, ainda, que o “termo Pedagogia da Terra é uma construção social e, como tal, não tem autoria individualizada” (Carvalho e Rocha, 2006).

A partir da análise da Carta da Terra, redigida em junho de 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, e das reflexões de Leonardo Boff em seu livro *Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra*, Carvalho e Rocha (2006) falam da importância e necessidade de nos relacionarmos com a terra a partir de uma postura mais ética, entendendo que nossa relação com a mesma

envolve não só pressupostos relacionados à questão ambiental, mas também “políticos, sociais, culturais, afetivos e religiosos. Essa relação deve se dar numa perspectiva em que a terra, além de meio de produção, representa também “espaço de vida e de direito” (Carvalho e Rocha, 2006).

Neste sentido faz-se necessário reavaliarmos nossas ações, costumes e valores, de forma que nos reeduquemos em nossa relação com a terra. Essa reeducação envolve aspectos desde o nosso modo de vida à nossa relação com o próximo, o que significa que precisamos rever nossos hábitos de consumo, a nossa vivência coletiva e individual.

A expressão Pedagogia da Terra é também o nome dado pelo MST ao seu curso de formação de educadores. Segundo Araújo (2005), citado por Carvalho e Rocha (2006),

“(…) a designação Pedagogia da Terra emergiu no primeiro curso de magistério, em 1998, na Universidade de Unijuí, no Rio Grande do Sul. Os estudantes do MST não aceitaram a denominação ‘acadêmicos’ e utilizaram o termo Pedagogia da Terra como título de um jornal que informava aos outros estudantes da universidade quem eram e de onde vinham. O termo ganhou espaço no MST e foi utilizado para denominar a primeira turma do curso de Pedagogia” (Araújo, 2005 apud Carvalho e Rocha, 2006, p. 62).

Abordando a relação MST e Pedagogia da Terra, Caldart (2004) afirma que esta última representa para o Movimento um reencontro do camponês com a terra e, por conseguinte, consigo mesmo, já que ela representa sua raiz. É justamente dessa relação entre o camponês e a terra que são criados os processos pedagógicos que originam os aprendizados do trabalhador no ato da produção e do cuidado com a mesma. Essa relação do homem com a terra, caracterizando o que Caldart (2004) chama de pedagogia da terra é explícita nessas palavras da autora:

“O trabalho na terra, que acompanha o dia-a-dia do processo que faz de uma semente uma planta e da planta um alimento, ensina de um jeito muito próprio (também cultural, simbólico) que as coisas não nascem prontas, mas precisam ser cultivadas; são as mãos do camponês, da camponesa as que podem lavar a terra para que chegue a produzir o pão. Esse também é um jeito de compreender que o mundo está para ser feito e que a realidade pode ser transformada, desde que se esteja aberto para que ela mesma diga a seus sujeitos como fazer isso, assim como a terra vai mostrando ao lavrador como precisa ser trabalhada para ser produtiva” (Caldart, 2004, p. 343 e 354).

Dessa forma a autora fala do sentido educativo da terra para os Sem Terra, na medida em que a mesma se configura como um meio de “re-enraizamento” do trabalhador com a terra, mas desta vez com um espírito de luta e de coletividade, num

processo em que o referido trabalhador enxerga a terra como um instrumento que está para além de meio de vida. Ele a percebe como parte de si, dentro de si e, como tal, deve cuidar para que ela tenha vida.

É nessa perspectiva que Carvalho e Rocha (2006) sustentam que

“ (...) a palavra ‘terra’ representa uma significação para além de solo, constitui lugar onde os sujeitos do campo vão recriando as suas pertenças, reconstruindo a sua identidade. A palavra pedagogia indica a presença da dimensão educativa na relação do ser humano com a terra de cultivo, de luta, ambiente livre, sem cercas, habitada por muitos. Traz uma concepção que rompe com a idéia da terra como espaço puramente da produção econômica e alavanca a luta pela existência na terra como um espaço de produção da vida e de relações vividas, um espaço de invenção do novo” (Carvalho e Rocha, 2006, p. 64).

O curso Pedagogia da Terra, instituído em parceria entre o MST e universidades públicas, encontra-se implementado: na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e na Universidade Estadual do Mato Grosso - UNEMAT, em 1999; na Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Universidade Federal de Rondônia – UFRO, Universidade Estadual de Pernambuco – UPE e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS em 2001; na Universidade do Estado da Bahia – UNEB em 2004 e, mais recentemente, na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 2005 (Carvalho e Rocha, 2006).

Em Minas Gerais o MST firmou parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) visando consolidar o curso Pedagogia da Terra para atender os educadores deste Movimento e de outros como: Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento de Mulheres Camponesas, entre outros.

O Movimento submeteu ao Conselho Universitário da UFMG a proposta de formação de educadores para atuarem nas séries iniciais do Ensino Fundamental, sendo a mesma aprovada sem maiores dificuldades. Considerando a abertura da referida instituição em acolher sua proposta educativa, o Movimento submeteu uma nova proposta, desta vez estendendo a formação de educadores para atuarem em turmas de 5^a a 8^a séries. O Conselho Universitário não só aceitou, como também sugeriu uma outra proposta atendendo também a formação de educadores para atuarem no Ensino Médio. Nesse sentido o curso de formação, que antes seria para educadores das séries iniciais, passou a ser para toda a educação básica. Considerando essa nova proposta o curso

recebeu uma nova denominação: Licenciatura em Educação do Campo. O referido curso teve início em novembro de 2005.

Esta foi uma grande conquista do MST em Minas Gerais e em todo o Brasil, visto que esse é o primeiro curso de Licenciatura em Educação do Campo firmado entre o Movimento e instituições de ensino superior. O curso, inclusive, é considerado uma experiência piloto pelo Ministério da Educação (MEC).

Considerações finais

Em linhas gerais o artigo procurou desvelar a experiência do MST no que se refere às suas ações na construção de um projeto educativo que realmente dê conta de atender a realidade dos camponeses sem terra inseridos nesse Movimento.

Partindo da pedagogia libertadora proposta por Paulo Freire, entendemos que a prática dos educadores inseridos nesta proposta educativa se torna um desafio muito grande, uma vez que tal prática requer dos mesmos consciência política, de modo que se percebam e atuem como agentes transformadores na construção e realização de uma escola contra-hegemônica. Uma escola que se pautar na valorização dos educandos como sujeitos capazes de interferirem na construção de um projeto social que considere seu modo de vida, seus valores e conhecimento de mundo.

Entendemos que a inserção de um projeto educativo dessa dimensão passa por muitos desafios, desde a formação de educadores capazes de atuar no mesmo até o cumprimento do poder público no que se refere à manutenção do mesmo sem, no entanto, interferir em sua gestão pedagógica. Considerando a perspectiva freireana, a proposta educativa do MST insere-se de maneira coerente nos pressupostos de uma educação que está em permanente construção, entendendo que não há modelos prontos a serem seguidos, conforme ressaltava o próprio Paulo Freire ao enfatizar a importância do compromisso dos educadores na reflexão e construção coletiva de um projeto educativo que se baseie na “práxis”, que se volte para a ação “político-educativa”.

Tendo como foco o curso Pedagogia da Terra em Minas Gerais, esperamos até o final do estudo fazer a caracterização do mesmo, ressaltando que o referido curso se encerrará em 2010, o que nos remete a caracterizá-lo parcialmente, já que o estudo em questão findará em fevereiro de 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANFORD, Sue. *Rompendo a cerca: a história do MST*. São Paulo: Casa Amarela, 2004. 1ª ed.

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. São Paulo: Expressão Popular, 2004

_____. *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997

CARVALHO, Ivanete. *A história do MST em Minas Gerais*. São Mateus: UFES, 2002 (Relatório de Monografia).

CARVALHO, Luzeni F. de O.; ROCHA, Maria I. A. *Pedagogia da Terra*. Revista Presença Pedagógica. V.12, nº 72, Belo Horizonte, Nov./Dez. 2006. P. 60-65

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRAGOSO, Maria Beatriz. *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: a responsabilidade social da universidade*. Rio de Janeiro: UFF, 2001 (dissertação de mestrado).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Reformas educativas e o retrocesso democrático no Brasil nos anos 90*. In.: LINHARES, Célia (org.) Os Professores e a reinvenção da escola. São Paulo: Cortez, 2001. pp. 57-80

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez, 2003

GONSAGA, Eliana A. *As lutas do MST em Minas Gerais: histórico e organização*. Viçosa: UFV, 2004 (Relatório de Monografia).

GRAMSCI, Antônio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 9ª ed.

LINHARES, Célia. *Professores entre reformas escolares e reinvenções educacionais*. In.: LINHARES, Célia (org.) Os Professores e a reinvenção da escola. São Paulo: Cortez, 2001. P. 137-174.

MENEZES NETO, Antônio J. *Além da Terra: a dimensão sóciopolítica do projeto educativo do MST*. São Paulo: USP, 2001 (Tese de Doutorado).

MINAYO, Maria C. de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 26ª ed.

MOCHCOVICH, Luna Galano. *Gramsci e a escola*. São Paulo: Ática, 1992, 3ª ed.

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. São Paulo: Cortez, 2004, 3ª ed.

SANTOS, Aparecida de Fátima T. dos. *Desigualdade social e dualidade escolar: conhecimento e poder em Paulo Freire e Gramsci*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. *Políticas Públicas para o Ensino Fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais e Sistema Nacional de Avaliação (SAEB)*. Revista Educação e Sociedade. vol. 23, nº 80, Campinas, Set/2002.

SILVA, Waldeck Carneiro da. *A reforma da formação de professores no Brasil e o lugar social da universidade*. In.: LINHARES, Célia (org.) *Os Professores e a reinvenção da escola*. São Paulo: Cortez, 2001. pp. 115-136

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1996.

VENDRAMINI, Célia R. *Consciência de classe e experiência sócio-educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*. São Carlos: UFSCar, 1997.